

**Título: O IMPACTO DAS COALIZÕES NA EJA – AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA ANÁLISE DA *ADVOCACY COALITION FRAMEWORK* – ACF**

Rita Roriz da Silva Andrade – Doutoranda Unb – [ritasilvabsb@gmail.com](mailto:ritasilvabsb@gmail.com)

Remi Castioni – Unb – [remi@unb.br](mailto:remi@unb.br)

## **Introdução**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica destinada ao atendimento de pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora que, ao longo da sua história, não iniciaram ou mesmo interromperam sua trajetória escolar em algum ou em diferentes momentos de sua vida, conforme aponta Currículo em Movimento, DF (2014).<sup>[1]</sup>

A EJA historicamente expressa os limites históricos da exclusão e da desigualdade entre as classes sociais.

Nas últimas décadas, aliada à perda de estudantes da EJA, está a perda de investimentos na própria EJA, quer pelo aprofundamento de políticas neoliberais, a adesão às agendas de reformas orquestradas pelos organismos mundiais, quer por outros fatores sistêmicos, de acordo com Braga (2023).

No Brasil a institucionalização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei nº 9.394/1996) representou uma significativa conquista para a estruturação da educação de jovens e adultos.

Contudo de acordo com Barbosa e Silva (2020) o Estado não efetivou a implantação de políticas públicas para a diminuição do número de indivíduos que tiveram os estudos interrompidos ou não iniciados por algum fator.

Ter um conhecimento mais profundo e crítico sobre esse cenário de incertezas da EJA faz-se necessário para garantir o acesso, mas também a qualidade e a permanência dessa modalidade.

Estabelecer políticas para atender, de forma diversa, a sujeitos em diferentes condições de aprendizagem, em privação de liberdade, com deficiência, em situação de rua, além daquelas que buscam por formação profissional, dialogando com saberes, culturas, projetos de vida, pode ser uma equação complexa para as políticas públicas.

O acesso da classe trabalhadora à escola e sua permanência nela significam, em última instância, a conversão desse espaço em meio de humanização concreta de acordo com Assunção, Avelar e Paranhos (2021).

Para Abrantes (2015) as possibilidades que a escola oferece aos trabalhadores e trabalhadoras, e é o próprio processo de reconhecer-se humano e de poder interferir conscientemente e criticamente no mundo objetivo que interessam a essa classe.[2]

Este trabalho tem como objetivo analisar os processos de mudança institucional no âmbito da política de EJA no país no período 1996 a 2024, à luz do *Advocacy Coalition Framework* (ACF). Como os diferentes grupos de interesse, com seus respectivos recursos e estratégias de influência, que impactam a formulação e os resultados das políticas de educação de jovens e adultos, a partir do modelo da *Advocacy Coalition Framework – AFC* para trazer subsídios de análise, sobre os grupos do DF que atuam neste campo da EJA.

### **Desenvolvimento**

O *Advocacy Coaliton Framework* (ACF) estuda mudança no longo prazo nas políticas públicas (SABATIER, 1993), assim as pesquisas a partir dessa perspectiva em princípio devem abranger não apenas a composição das coalizões de atores e suas crenças, mas também o processo de tomada de decisão e seus resultados.

John (1998) vê o ACF como uma abordagem integradora que, enfatizando o papel de valores e ideias (e interesses nelas refletidos), consubstanciados nas crenças das coalizões de defesa, procura construir uma visão geral sobre o funcionamento do subsistema de políticas públicas, com atenção para a mudança e a estabilidade.

Faria (2003) afirma que o modelo busca explicar padrões de mudança nas políticas públicas em um mundo cada vez mais interdependente e marcado pela incerteza e, para tanto, lida com a interação entre coalizões formadas por atores que compartilham crenças e com os eventos externos que impactam o subsistema.

A ACF analisa as interações das coalizões de defesa dentro de um sistema político. Propõe que as mudanças políticas são funções tanto da competição interna ao subsistema quanto de eventos externos a ele. Através do mapeamento dos sistemas de crenças das elites políticas e análise das condições de aprendizado político através das coalizões (usado nos países da OCDE). Assim como os modelos anteriores, tem foco em explicar a mudança política em dado sistema político ou arranjo institucional.

É a partilha de um mesmo sistema de crenças que mantém os atores unidos no mesmo subsistema. Quando estes atores agem de forma concertada para atingir determinados objetivos políticos, está formada uma coligação de causa ou de interesse (*advocacy coalition*).

As coalizões representam organizações de dentro e fora do governo coordenando seus esforços intencionais ou não intencionais para alcançar resultados políticos partilhados. (WEIBLE, 2019).

Dessa forma o ACF pode contribuir para organizar informações sobre os atores que atuaram ou atuam em cada processo das políticas públicas na educação de jovens e adultos, seus sistemas de crenças e recursos, e sua influência nas leis aprovadas, compreender a dinâmica desses grupos, as particularidades relevantes conforme cada processo decisório, a formulação das bases regulatórias da Educação de Jovens e Adultos, abordando-se os principais processos decisórios das políticas públicas e seus resultados, as mudanças ocorridas na legislação.

De acordo com Araújo (2013):

“O ACF apresenta uma perspectiva integradora, que abarca elementos diversos como valores e ideias, competição entre atores, instituições e fatores externos, contemplando aspectos importantes da realidade complexa e mutável que marca a formulação das políticas públicas em grande parte das sociedades contemporâneas. Entre outros pontos, o modelo incorpora elementos para o estudo do aprendizado político, concretizado especialmente a partir da experiência obtida no relacionamento de coordenação e conflito entre os diferentes atores envolvidos nos processos decisórios.”. (ARAÚJO, 2013, P. 01).

Para Lima (2024) apud Capelari, Araújo e Calmon (2015) o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) tem se constituído como importante recurso analítico para o campo de estudos de políticas públicas ao enfatizar mecanismos de intermediação de interesses muitas vezes relegados pelas abordagens tradicionais como as interações não hierárquicas, a participação de organizações públicas e privadas nos subsistemas, o papel exercido pelas redes de especialistas, a participação de múltiplos atores com variados interesses, a atuação simultânea de diferentes níveis de governo e a influência das crenças, dos valores e das atitudes dos atores no processo decisório das políticas públicas.

## **Conclusões**

O estudo propõe uma análise teórica do impacto das coalizões na nas políticas de EJA –Educação de Jovens e Adultos a partir do quadro teórico da *Advocacy Coalition Framework* – ACF. Considerando que o modelo do ACF busca compreender o processo político dentro de um determinado subsistema de política pública em um período temporal de uma década ou mais, o período de análise compreende de 1996 (LDB) a 2024.

## **Referências**

ABRANTES, A. A. **Educação escolar e acesso ao conhecimento:** o ensino como socialização da liberdade de pensar. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 132-140, jun. 2015.

Araújo, Suely M. V. G. **Política Ambiental no Brasil no Período 1992- 2012:** um estudo comparado entre as agendas verde e marrom. Tese (doutorado em ciência política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

ASSUNÇÃO Júlia Beatriz Mendes de, AVELAR, Lucas Martins de e PARANHOS, Ronés de Deus. **Projetos formativos em educação escolar de jovens e adultos:** as pesquisas sobre ensino de biologia da área de avaliação educação da CAPES (1997-2019). *EJA em Debate | Ano 10, n. 17, jan./jun. 2021 | ISSN: 2317-4417*, p. 10-30.

BARBOSA, C. S.; SILVA, J. L. **Reflexões sobre a destituição do direito à Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil no tempo presente.** *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v.7, n.19, p.139-152, 2020.

BRAGA, Maria Dalva Uchoa. **É preciso conversar sobre a EJA.** Falta de investimentos, esvaziamento e o fracasso das políticas públicas: Os desafios que jovens e adultos enfrentam para ter direito à educação no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023.

COSTA, Claudia Borges e MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil.** Cortez, 2017.

FARIA, Carlos A. P. **Ideias, conhecimento e políticas públicas:** um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Distrito Federal** – Educação de Jovens e Adultos. Caderno 6. Brasília: SEEDF, 2018.

JOHN, Peter. **Analysing Public Policy.** Londres: Pinter, 1998.

LIMA, Roger Pena de. **A implementação do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAE-DF):** território em disputa. 2024. 312 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SABATIER, Paul A. **Policy Change over a Decade or More.** In: SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. (Ed.). *Policy Change and Learning: an Advocacy Coalition Approach.* Boulder: Westview Press, 1993. p. 13-39.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. **The Advocacy Coalition Framework:** an Assessment. In: SABATIER, Paul A. (Ed.). *Theories of the Policy Process.* Boulder: Westview Press, 1999. p. 117-166.

SANTOS, P.; SILVA, G. **Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p.1-21, 2020.

Weible, Christopher M.; INGOLD, Karin; NOHRSTEDT, Daniel; HENRY, Adam Douglas and JENKINS-SMITH, Hank C. **Sharpening Advocacy Coalitions**. Policy Studies Journal, Vol. 0, No. 0, 2019.